

Diversidade Cultural como pensamento complexo

Mauricio Siqueira¹

BARROS, José Márcio (Org.). **Diversidade Cultural**: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

A entrada em vigor da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco, bem como sua ratificação pelo governo brasileiro em 2007, resultam de longo e complexo processo de mobilização social, política e teórica. É o que nos revela a obra organizada por José Márcio Barros, coordenador do Observatório da Diversidade Cultural, da Pontifícia Universidade Católica – PUC – de Minas Gerais. Os textos apresentados são eles próprios produtos do 2º Seminário Diversidade Cultural, realizado em Belo Horizonte no ano de 2007.

A leitura pode seguir um conjunto de textos com refinamento teórico e outro com a evolução do processo que culminou com a Convenção. São apresentados ainda estudos de casos no Brasil e entrevistas com artistas e com o embaixador do Canadá no Brasil entre 2005 e 2007.

Jurema Machado (arquiteta, coordenadora de cultura da Unesco no Brasil) nos revela os antecedentes da aprovação da Convenção e descreve seu conteúdo mais relevante. Ressalta o processo de mudança do foco dessas discussões, que passou da idéia de "exceção cultural" a um conceito abrangente, articulando diversidade, direitos humanos e desenvolvimento, ou seja, ampliando o debate para além do mercado. Trata-se hoje da Diversidade Cultural sob o entendimento de que os bens e serviços culturais não são simples mercadorias, senão que portadores de valor e de sentido.

Giselle Dupin (jornalista, assessora da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura - MinC) trata dois temas correlacionados entre si: o governo brasileiro e a Convenção, e o governo brasileiro e a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais no Brasil. Relata ainda, encontros e desdobramentos do processo de aprovação e implementação da Convenção.

¹ Sociólogo, pesquisador do Setor de Estudos de Política Cultural, da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: mauricio@rb.gov.br.

François de Bernard (presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização – GERM), em seu artigo “A Convenção sobre a Diversidade Cultural espera para ser colocada em prática”, demonstra preocupação para colocar em prática a Convenção e propõe quatro tarefas, definidas conceitualmente, para a sociedade civil: invenção, mobilização, avaliação e controle.

O livro contém ainda uma entrevista com **Guilherme Rishchynski** (embaixador do Canadá no Brasil entre 2005 e 2007), cuja importância é dada pela experiência singular daquele país como acolhedor de imigrantes. Assim é que o Canadá foi o primeiro país a adotar oficialmente, em 1971, uma política de multiculturalismo e a ratificar a Convenção.

José Márcio Barros inaugura a série de textos mais conceituais, relacionando cultura, diversidade e desenvolvimento humano. Seu instrumental teórico passa por Edgar Morin, Joseph O'Connor e Ian McDermott, numa aproximação dos conceitos de pensamento complexo e de Diversidade Cultural. Nessa linha, ressalta a importância do conceito de intersubjetividade que "nos convida a reconhecer que fazemos parte de nossos objetos e estes nos constituem como sujeitos, somos (...) simultaneamente produtores e produtos" (2008, p. 17). Por isso, "tanto importa agir sobre as condições de produção e reprodução da Diversidade Cultural quanto sobre as condições imateriais e subjetivas, que nos preparam ou não para o seu fomento." (*ibidem*). A articulação entre cultura, diversidade e desenvolvimento implica modelos dinâmicos para se enfrentar seus desafios e isso requer, portanto, uma perspectiva dialética e uma perspectiva holística.

A partir desse quadro teórico, José Márcio Barros propõe três condições para a efetivação da articulação acima mencionada. Em primeiro lugar, é preciso considerar a cultura em suas três dimensões básicas indissociáveis: humanizadora e educativa, coletiva e política e produtiva e econômica. Em segundo lugar, reconhecer que a Diversidade Cultural é, ela própria, diversa. Por fim, o conceito de desenvolvimento, que não deve ser resumido à idéia de crescimento econômico, senão que deve ter seu foco para o ser humano, ou seja, ser entendido como desenvolvimento humano.

Na conclusão de seu artigo, o autor propõe discutir o lugar da cultura e da Diversidade Cultural num projeto de desenvolvimento humano. Para tanto, recorre ao conceito de desenvolvimento humano sustentável empregado pelo Banco Mundial, cujo

modelo destaca quatro tipos de capital, todos permeados pela cultura: capital natural, capital construído, capital humano e capital social.

O conceito de desenvolvimento humano apresentado por José Márcio Barros é tratado ainda no artigo “Desenvolvimento humano e diversidade”, de **Márcio Antônio Salvato** (economista, professor da PUC Minas). O autor discorre sobre a evolução das reflexões que levaram a esse conceito, lembrando que a emergência da própria idéia de Diversidade Cultural contribuiu para mudanças no entendimento de desenvolvimento humano. A partir da década de 1990, esse conceito foi ampliado para além dos marcos economicistas. Passou a incluir quatro componentes essenciais: equidade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento. Cabe destaque para o tema do empoderamento, que significa tão simplesmente dar poder às pessoas, ou seja, participação plena dos cidadãos na tomada e implementação de decisões. É o caso das conquistas de direitos por parte das mulheres.

Salvato observa que a pobreza, por exemplo, é muito mais do que um conceito monetário, de renda. Nesse sentido, pode-se falar de pobreza relativa e não apenas de pobreza absoluta. É o caso da consideração da diversidade local (uma cidade, por exemplo) no que se refere ao consumo. Ao relacionar desenvolvimento e cultura, Salvato formula uma questão básica para sua proposta: "qual a relação entre as diferenças de cultura e os níveis de desenvolvimento econômico? Será que uma coisa interfere na outra?" (2008, p. 81). As respostas a essa pergunta implicam considerar a evolução das idéias de desenvolvimento e a inclusão de variáveis culturais, tais como regras formais ou informais de dada sociedade, que podem interferir na eficiência econômica (níveis de corrupção, violência, etc.). Essa discussão foi impulsionada pela transição para o capitalismo experimentada no leste europeu de caráter socialista. E aqui cabe uma comparação com a ascensão de países asiáticos na sociedade de mercado. Salvato ilustra suas considerações a partir de resultados de pesquisa realizada em Belo Horizonte, com destaque para a relação entre qualidade de vida e cultura.

O painel acerca da Diversidade Cultural inclui, ainda, o ensaio “Diversidade étnico-racial e a educação brasileira”, de **Nilma Lino Gomes** (antropóloga, professora da UFMG). O foco é dirigido para o segmento negro da população brasileira e sua participação na educação no Brasil, ou seja, trata-se da construção da identidade negra em nosso país.

Gomes refere-se a um "racismo ambíguo" no Brasil, "que possibilitou a produção de um discurso, de uma narrativa e de uma interpretação sobre a realidade racial, o chamado mito da democracia racial" (2008, p. 135). A autora observa que no Brasil as desigualdades raciais caminham lado a lado com as desigualdades socioeconômicas, mas interferem diferenciadamente na cultura, na política, na educação e na vida dos sujeitos sociais. Por isso, conclui ela, é preciso tratar ambas as modalidades de desigualdade conjuntas e separadamente. Uma via para afirmar o papel dos negros como sujeitos políticos em nossa história é a de dar visibilidade às práticas culturais, políticas, educacionais e organizativas desse segmento de nossa população. Utilizando o instrumental teórico refinado de Boaventura de Souza Santos – uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências – a autora propõe construir uma pedagogia da diversidade. Exemplos de ausência são a inexistência dos negros no livro didático, das mulheres negras na política, dos negros nos cargos de poder, entre outros.

Nilma Lino Gomes faz uma ressalva importante que também pode ser aplicada a outros movimentos sociais e culturais. Há uma grande diversidade no interior do próprio movimento negro, que já não é o mesmo dos anos 1970. Trata-se, hoje, de um movimento complexo, com correntes e grupos diferenciados social e politicamente.

Gersem Luciano Baniwa (antropólogo, consultor da Organização Geral de Educação Escolar Indígena do Secad), em “Diversidade Cultural, educação e a questão indígena”, traz a experiência da região amazônica e dos grupos étnicos indígenas, e ressalta a importância de que a Diversidade Cultural faça parte de nossa vida cotidiana, de nosso comportamento e de nossas atitudes. Constata que, na prática, pouca coisa tem mudado no Brasil em relação aos direitos humanos e das minorias. Os povos indígenas não são sujeitos de direitos no campo das políticas públicas.

Baniwa critica principalmente a grande mídia por homogeneizar e universalizar um determinado fenótipo para caracterizar aqueles que são chamados índios. No campo das políticas públicas, isso se reflete em políticas monolíticas, que não consideram que no Brasil existem 223 povos indígenas, com língua e tradições próprias. O autor acentua a importância de se considerar que conceitos como desenvolvimento humano, riqueza e dignidade humana não se enquadram nas formas de pensar e de viver dos povos indígenas.

Tânia Dauster (antropóloga, professora associada da PUC Rio) trata de encontro e trocas entre indivíduos de diferentes universos sociais no espaço universitário. No artigo “Diversidade Cultural e educação – dimensões de ‘uma revolução silenciosa’”, refere-se a uma "revolução silenciosa" (expressão cunhada por Jailson Souza e Silva), que reflete a entrada de estudantes nos chamados setores populares na universidade, a partir da última década do século XX, no Brasil.

Apoiando-se nas teorias de Roger Chartier e Clifford Geertz, Tânia Dauster apresenta um recorte de pesquisa sobre a relação entre estudantes e a cultura letrada na PUC Rio. Uma constatação importante no que se refere à Diversidade Cultural é que os bolsistas de origem popular e os não-bolsistas de classes superiores queixavam-se, ambos, em relação a aspectos culturais de convivência no campus. O interessante é que essas reclamações se expressavam em discursos etnocêntricos centrados nos próprios valores de ambos os grupos.

Igualmente no campo da educação, **Cesária Alice Macedo** (arte-educadora, então chefe da Representação Regional do MinC, em Minas Gerais), em seu artigo “Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil”, apresenta o programa com este mesmo título, bem como ações pensadas para a sua concretização. Com esse programa pretende-se inserir a política cultural em um projeto nacional de desenvolvimento, a fim de acelerar o crescimento sustentável e melhorar a distribuição de renda. Tais iniciativas visam expressar o caráter diversificado e multidimensional da cultura brasileira, ou seja, a Diversidade Cultural brasileira deve ser um dos eixos estratégicos do projeto nacional de desenvolvimento. Cesária sublinha que o desenvolvimento cultural é que define a qualidade do bem-estar material de uma nação. Apresenta dados da economia da cultura no Brasil e inclui ações relevantes da gestão de Gilberto Gil no MinC. Entre esses programas, cabe destaque para a intenção de implantar um ticket cultural para o trabalhador brasileiro.

No âmbito das ações do Ministério da Cultura, **Américo Córdula** (da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do MinC) discorre acerca do foco atualmente adotado pelo Ministério dirigido para o alcance de todos os segmentos sociais aos mecanismos de financiamento, apoio e acesso à cultura. Trata-se, portanto, de uma questão de cidadania cultural. Refere-se ainda às parcerias do MinC com os ministérios da Educação, do Turismo e do Desenvolvimento Social, entre outros. Enfatiza a importância do Plano

Nacional de Cultura e do correspondente Sistema Nacional de Cultura, como garantia de perenidade para essas políticas públicas.